



[Handwritten signature]



Sociedade: **ALFANDEGATUR** - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.

Ano económico: 2014

Relatório e Demonstrações Financeiras



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Índice

1. Identificação da sociedade
2. Relatório de Gestão e Anexo
3. Balanço
4. Demonstração dos Resultados por Naturezas
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa
6. Demonstração de Alterações no Capital Próprio
7. Anexo
8. Certificação Legal de Contas
9. Relatório e Parecer do Fiscal Único



IDENTIFICAÇÃO

ALFANDEGATUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.M.

Morada Alto da Serra de Bornes

Localidade Alfândega da Fé

Código Postal 5350 - 909

Telefone 279 200 260

Fax 279 200 261

Conc/Dist/País Alfândega da Fé/Bragança/Portugal

N.º Contribuinte 502 649 631

CONSTITUIÇÃO E ALTERAÇÕES

Constituição 1991-10-29

Adoptou a forma jurídica de Empresa Municipal

D.R. n.º 147 de 2 de Agosto de 2005

Alteração total do contrato de sociedade

CAPITAL

Capital social 819 940,00 €

Acções 163 988 com o valor nominal de 5,00 €

SEDE

Sede e Escritório Alto da Serra de Bornes
5350-909 ALFÂNDEGA DA FÉ

ACTIVIDADE ECONÓMICA

C.A.E. 55202 Turismo no Espaço Rural
55111 Hotéis com Restaurante
93294 Outras Actividades de Diversão e Recreativas, N.E.



ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBELIA GERAL

- Presidente** Victor Manuel Alvaleide Garcia Martins, Eng.
Secretário António José Afonso, Dr.
Secretário Manuel Cunha Silva, Eng.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Presidente** Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª
Administrador Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.
Administrador Miguel Francisco Simões Franco, Dr.

CONSELHO FISCAL/FISCAL ÚNICO

- Fiscal Único** Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC)



[Handwritten signature]

ALFANDEGATUR - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, EM

HOTEL & SPA ALFÂNDEGA DA FÉ

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2014

De acordo com as obrigações impostas pelo Código das Sociedades Comerciais, submete-se à consideração de V. Exas. o Relatório de Gestão com reporte ao ano económico encerrado em 31 de Dezembro de 2014, e uma proposta de aplicação dos resultados líquidos do exercício.

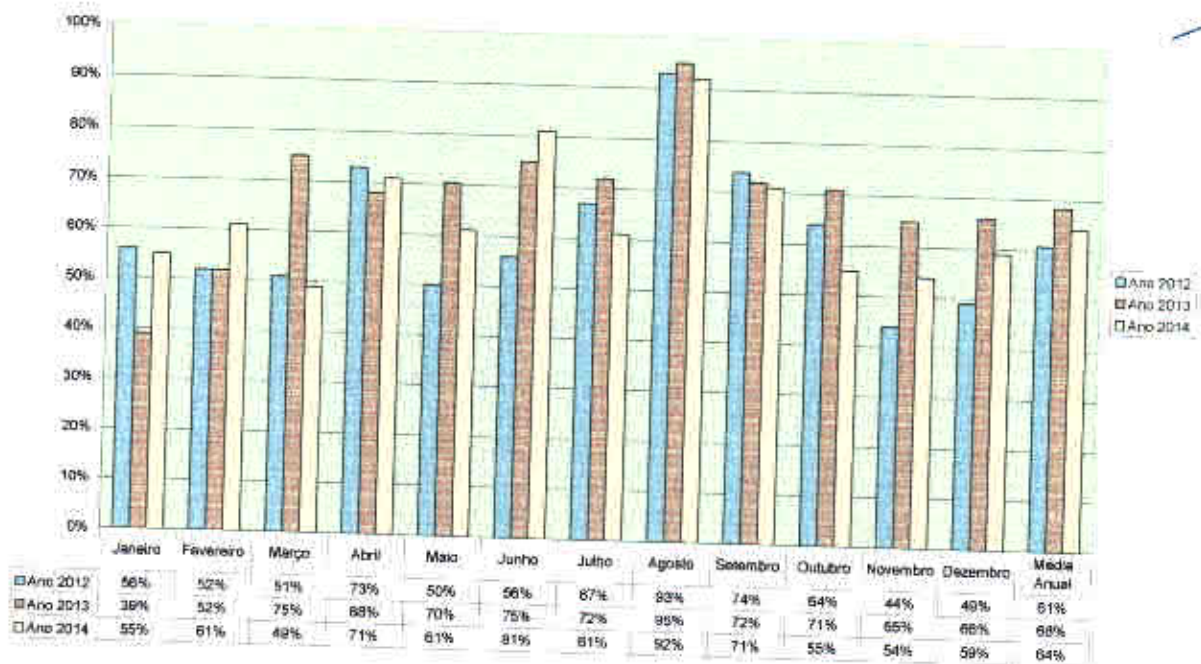
1 - CONDIÇÕES DO MERCADO

O ano de 2014 foi marcado mais uma vez pela retracção da procura na maioria dos sectores de actividade económica, com o desemprego alto e diminuição do poder de compra da classe média, o que não permitiu a recuperação dos sectores do turismo e da hotelaria, a empresa e a sua presença no mercado.

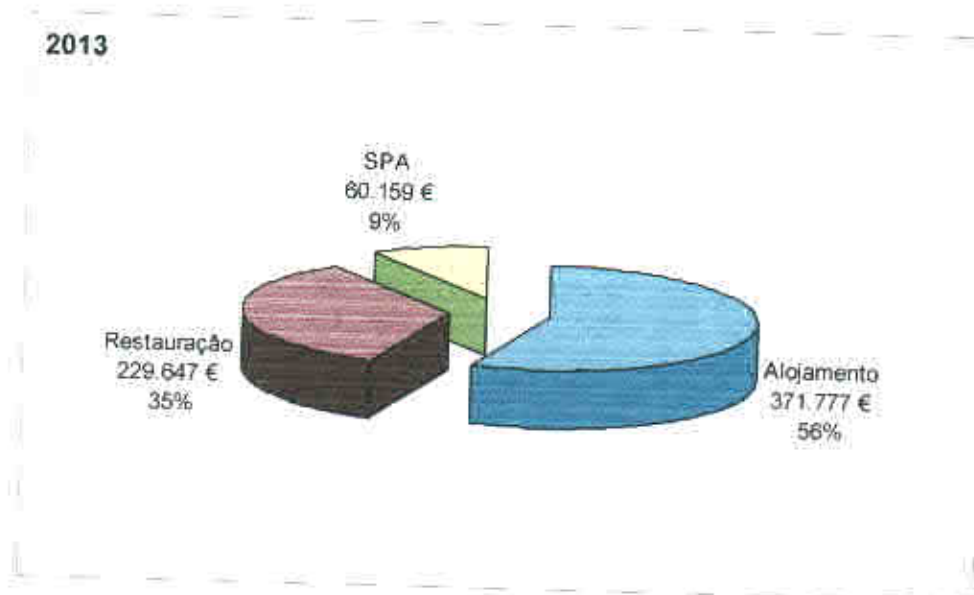
2 - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

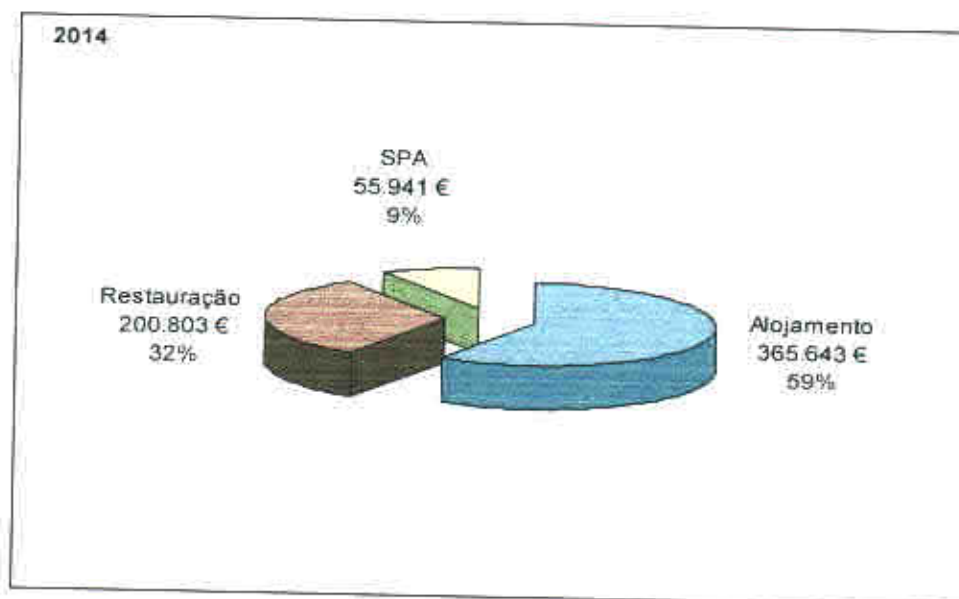
A taxa de ocupação do hotel manteve-se dentro das expectativas, tendo em conta a sazonalidade acentuada da procura do hotel.

TAXA DE OCUPAÇÃO DO HOTEL



Numa perspectiva de análise da actividade interessa também perceber como está repartida a prestação de serviços nos exercícios de 2013 e 2014.





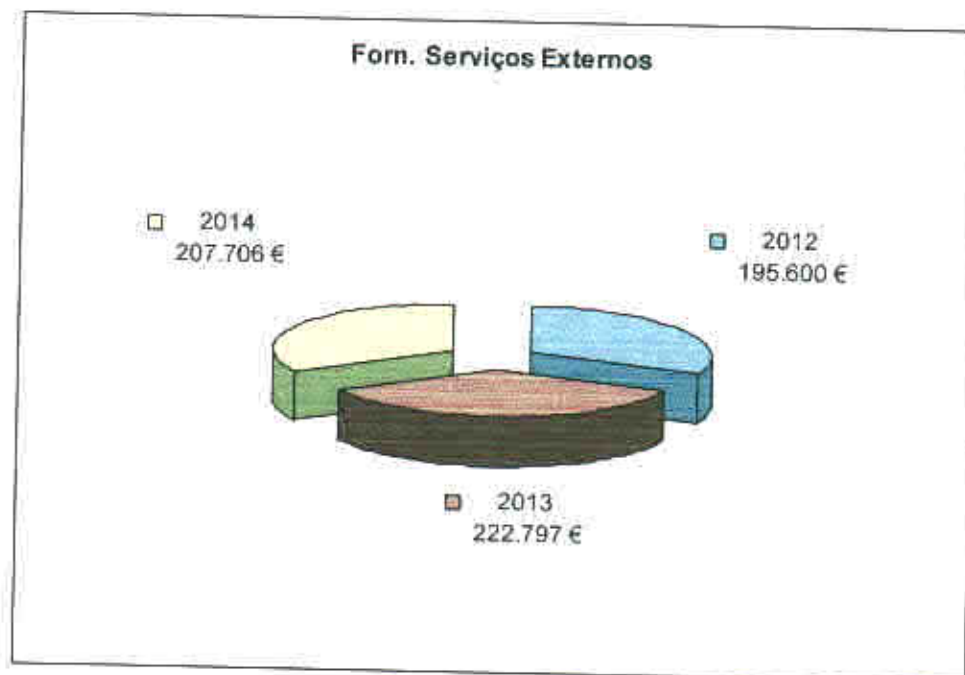
Handwritten signature in blue ink.

3 - RESULTADOS E SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Operacional continua negativo, em -322.461,47 Euros.

Na rubrica dos custos com o pessoal teve uma diminuição de 7%: de 399.551 Euros em 2013 para 373.711 em 2014. A média de funcionários durante o ano de 2013 foi de 26 e a 31 de Dezembro eram 24 funcionários sendo que um dos funcionários é um estágio emprego e uma das funcionárias do SPA que se encontrava ainda de licença de maternidade tendo o acordo de revogação de contrato de trabalho sido feito já em 2015, sendo atualmente 23 o número de funcionários do hotel.

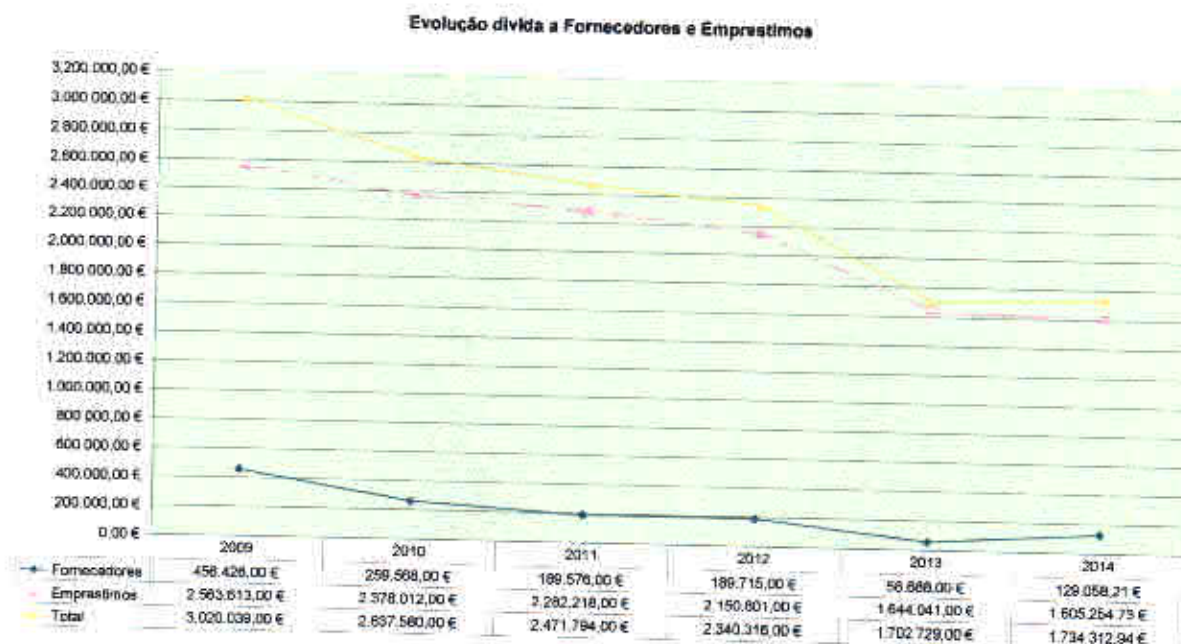
A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos teve uma diminuição de 7%, de 222.797 Euros em 2013 para 207.706 Euros em 2014. No quadro podemos verificar a evolução dos fornecimentos e serviços externos desde 2012.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Sendo assim, a eficácia da estrutura que suporta a actividade económica, decorrente da política levada a cabo nas diversas áreas de gestão, não permitiu ainda que a empresa se posicionasse num patamar acima do ponto crítico.

No quadro abaixo verificamos a evolução da dívida desde 2009 a 2014.





4 - INVESTIMENTOS

Durante o exercício de 2014 foi feito um investimento no valor de 5.166,45 € referentes a toalhas, roupões e toalhas de mesa.

5 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL

Não sendo possível, neste momento, prever com segurança a situação para 2015, no entanto foram definidas medidas para resolução de reclamações, novas parcerias e nova estratégia comercial que nos permita aumentar as receitas com o objectivo de diminuir ou anular os prejuízos. Mantendo-se aberto o concurso de alienação do Hotel & SPA de forma a conseguir um parceiro que faça o investimento necessário para tornar a empresa sustentável.

6 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2014

A Administração da sociedade propõe que o resultado líquido negativo apurado no exercício de 2014, no montante de 322.461,47 Euros, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados transitados	-322.461,47 Euros
--------------------------	-------------------

7 - MENÇÕES

Para observância de várias disposições legais, cumpre ainda informar que:

- . Não existem para com os trabalhadores quaisquer salários ou pagamentos em atraso;
- . A sociedade não detém, nem adquiriu nem alienou durante o exercício, quotas próprias;
- . Não foram celebrados negócios entre a sociedade e os seus gerentes;
- . Não existem filiais ou sucursais da sociedade;
- . A sociedade não tem quaisquer dívidas à Segurança Social ou ao Estado;
- . Não se verificaram factos subsequentes relevantes à data a que se reportam as contas.

Ao concluir reputamos de maior justiça expressar uma nota de reconhecimento aos colaboradores, pelo empenho e sentido profissional, aos clientes e fornecedores, pelas excelentes relações estabelecidas e às instituições de crédito, pela confiança e disponibilidade demonstrada.



Alfândega da Fé, 20 de Abril de 2014

A Administração

(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)

(Eduardo Manuel Tavares Dobrões, Eng.)

(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES

Informação nos termos e para efeitos dos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais


A - Relação dos accionistas que à data de 31 de Dezembro de 2014 eram titulares de pelo menos um décimo, um terço ou metade do capital:

Nomes	Número de acções	Percentagem
Município de Alfândega da Fé	163.988	100,00%

Alfândega da Fé, 2 de Abril de 2014

A Administração


(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)


(Eduardo Manuel Tavares Dobroes, Eng.)


(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FE, EM

N.I.P.C. 502649631

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

Euro

2
PO

Rendimentos e Gastos	Notas	PERIODOS	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados		622.603,83	657.749,85
Subsídios à exploração	11	3.919,23	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variação dos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-142.233,47	-154.282,06
Fornecimentos e serviços externos	15.1	-207.706,05	-222.797,81
Gastos com o pessoal	14	-373.711,98	-399.551,07
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de Investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	15.2	5.103,23	7.947,96
Outros gastos e perdas	15.3	-14.426,12	-18.706,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-106.431,33	-129.639,33
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	15.4	-176.576,00	-180.573,90
Imparidade de activos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-283.007,33	-310.213,23
Juros e rendimentos similares obtidos	15.5	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.6	-42.997,40	-68.805,73
Resultado antes de impostos		-326.004,73	-379.018,96
Imposto sobre o rendimento do período		3.543,26	3.543,26
Resultado líquido do período		-322.461,47	-375.475,70

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período

A Administração

O Técnico Oficial de Contas
Membro n.º 86298



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FÉ, EM

N.I.P.C. 502649631

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado			
Ações próprias	13.5	819.940,00	819.940,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	13.5	-178.468,58	74.428,63
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização	13.5	393.021,92	413.100,41
Outras variações no capital próprio	13.5	138.721,79	143.015,29
Resultado líquido do período		-322.461,47	-375.475,70
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do capital próprio		850.753,66	1.075.008,63
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	1.978,44	1.978,44
Financiamentos obtidos	13.4	1.517.254,73	1.644.040,59
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		69.356,82	72.900,08
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		1.588.589,99	1.718.919,11
Passivo corrente			
Fornecedores	13.1	128.026,11	58.687,67
Adiantamentos de clientes	13.1	617,38	1.842,00
Estado e outros entes públicos	13.2	10.761,18	17.344,63
Accionistas	13.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	13.4	88.000,00	0,00
Outras contas a pagar	13.1	26.216,44	32.808,77
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		253.621,11	110.683,07
Total do passivo		1.842.211,10	1.829.602,18
Total do capital próprio e do passivo		2.692.964,76	2.904.610,81

A Administração

O Técnico Oficial de Contas
Membro n.º 86298

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



ALFANDEGATUR

EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURISTICO DE ALFANDEGA DA FE, EM

N.I.P.C. 502649631

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Euro

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2014	31-12-2013
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	2.522.914,03	2.680.980,24
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	3.438,21	16.781,55
Activos Biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		0,00	0,00
Accionistas		0,00	0,00
Outros activos financeiros	13	500,00	500,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
		2.526.852,24	2.698.261,79
Activo corrente			
Inventários	9	9.939,85	9.852,51
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes	13.1	87.223,46	73.487,32
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.2	38.243,11	38.692,66
Accionistas		0,00	0,00
Outras contas a receber	13.1	592,49	4.218,87
Diferimentos	13.3	859,37	839,90
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	29.254,24	79.257,76
		166.112,52	206.349,02
Total do activo		2.692.964,76	2.904.610,81

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including 'Cátia', 'L', 'P', and 'K'.

DEMONSTRAÇÃO DE Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

	NOTAS	PERÍODO	PERÍODO
		2014	2013
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes	Calculo 1	697.376,18	728.602,95
Pagamento a Fornecedores	Calculo 2	344.498,75	550.771,73
Pagamentos ao Pessoal	Calculo 3	388.720,31	377.610,05
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		-35.842,88	-199.778,83
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	Calculo 4	-6.272,79	-3.543,26
Outros recebimentos / pagamentos	Calculo 5	-68.300,81	-83.499,88
		-110.416,48	-286.821,97
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos de			
Activos Fixos Tangíveis	Informação 6	-624,30	25.679,81
Activos Fixos Intangíveis	Informação 6	0,00	0,00
Investimentos Financeiros	Informação 6	0,00	0,00
Outros Activos			
Recebimentos de			
Activos Fixos Tangíveis			
Activos Fixos Intangíveis			
Investimentos Financeiros	Informação 7	0,00	0,00
Outros Activos			
Subsídios ao Investimento			
Juros e Rendimentos similares	Informação 11	0,00	0,00
Dividendos	Informação 11	0,00	0,00
FLUXO GERADO PELAS ACTIVIDADES INVESTIMENTO		624,30	-25.679,81
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos de			
Financiamento Obtidos	Informação 10	88.000,00	66.000,00
Realização de capital e o instrumentos de Capital Próprio		0,00	529940,00
Cobertura de Prejuízos		102500,00	402500,00
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos de			
Finananciamentos Obtidos	Informação 10	126.785,88	572.560,10
Juros e gastos similares	Informação 10	33.179,72	68.805,73
Dividendos	Informação 9	0,00	0
Redução de Capital e o instrumentos de Capital Próprio			
Outras operações de financiamento	Informação 6	0,00	0
FLUXO GERAADO PELAS ACTIVIDADES FINANCIAMENTO		30.534,42	357.074,17
VARIAÇÃO de CAIXA e EQUIVALENTES			
Efeitos das diferença de câmbio		-79.257,76	44.572,39
CAIXA e EQUIVALENTES no INÍCIO do PERÍODO	Balanco N-1	79.257,76	34.685,37
CAIXA e EQUIVALENTES no FIM do PERÍODO		29.254,24	79.257,76



ALFANDEGA TUR
EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFANDEGA DA FÉ, EM
N.º P.C. 502649631

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014

Em:

Descrição	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL										Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Ações Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos e em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período
1 Posição no início do período 2014		819.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	74.428,63	0,00	413.100,41	143.015,29	-375.475,70	1.075.008,63	0,00
Alterações no período													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão da demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	7,12						23.621,76		-25.621,75			0,00	
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							-3.543,26		3.543,26			0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos	12						-375.475,70					0,00	
Transferência Resultado Líquido													
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-355.397,21	0,00	-20.078,49	-4.293,50	375.475,70	-4.293,50	0,00
2													
3 Resultado líquido do período													
4 = 2 + 3 Resultado integral		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-355.397,21	0,00	-20.078,49	-4.293,50	63.014,23	-322.461,47	0,00
Operações com detentores de capital no período													
Realizações de capital													
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições													
Anulação entrada para cobertura de perdas													
Entrada para cobertura de perdas													
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.500,00	0,00
5													
6 Posição no fim do período 2014		819.940,00	0,00	0,00	0,00	0,00	178.488,58	0,00	393.021,92	138.721,79	-322.461,47	860.753,66	0,00
7 = 1 + 2 + 3 + 5													

A Administração:

[Assinatura]

O Técnico Oficial de Contas

Membro n.º 86298

[Assinatura]



ALFANDEGATUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DE ALFÂNDEGA DA FÉ, E.M.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercício económico de 2014

1. Identificação da Sociedade

A Empresa **Alfandegatur - Empresa de Desenvolvimento Turístico de Alfândega da Fé, E.M.** é uma Empresa Municipal, constituída em 29.10.1991, com sede social no Alto da Serra de Bornes. Alfândega da Fé, Alfândega da Fé, e que tem como actividade principal o Turismo no Espaço Rural.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

Enquadramento

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa e de acordo com os conceitos, princípios e normas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009 de 9 de Setembro (Código de Contas)

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira, quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

Não se verificaram quaisquer derrogações às disposições previstas no SNC, e as contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com os do exercício anterior.



3. Principais políticas contabilísticas.

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

a) Activos intangíveis

Os activos intangíveis foram mensurados pelo seu custo histórico.

b) Activos fixos tangíveis

A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente, nos casos aplicáveis, baseou-se no modelo de revalorização.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

c) Passivos por Impostos Diferidos

Os passivos por impostos diferidos reflectem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável /perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperável ou liquidada.

A mensuração dos passivos por impostos diferidos:

- É efectuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data do balanço; e
- Reflecte as consequências fiscais decorrentes da forma como o grupo espera, à data do balanço, liquidar a quantia escriturada dos passivos.

d) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

e) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos activos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos activos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

f) Inventários

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

g) Contas a receber de clientes e outros devedores



As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo modelo do custo. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objectiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida, conforme as condições originais das contas a receber.

h) Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tem uma obrigação presente, resultante de acontecimentos passados, e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos, será necessária para liquidar a obrigação.

i) Rubricas de Capital Próprio:

Capital Realizado: Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para a realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

j) Responsabilidade por benefícios pós-emprego e gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

l) Fornecedores

As contas de fornecedores encontram-se mensuradas pelo método do custo

m) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão registados ao custo.

n) Outra contas a pagar

As contas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

o) Vendas e prestação de serviços

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia do rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser mensurado com fiabilidade; e

Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

p) Activos e Passivos Contingentes

Um activo contingente é um possível activo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgadas quando for provável a existência de um influxo financeiro.

Um passivo contingente é uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou, uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.



Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efectivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

q) Subsídios

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança sobre o seu recebimento. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

r) Período de Revisão Fiscal

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre 4 e 5 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado na posição dos consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	2014	2013
Caixa	3.890,61	8.089,77
Depósitos à ordem	25.363,63	71.167,99
Outros depósitos bancários	0,00	0,00

5. Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da gestão

Rubrica	2014	2013
Total de remunerações	17.247,24	18.595,20
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	0,00	0,00
Total de benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Total de outros benefícios de longo prazo	0,00	0,00
Total de benefícios por cessação de emprego	0,00	0,00
Total de pagamentos com base em acções	0,00	0,00



6. Activos intangíveis

Divulgações gerais

Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização dos activos intangíveis. Não existem activos intangíveis gerados internamente, e não existem activos intangíveis com vida útil indefinida.

Valorização das várias classes

Classe de activos \ Valores apurados		Goodwill	Projectos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros activos intangíveis
Início do período	Vida útil		6			6
	Taxa de amortização		16,67			16,67
	Método de amortização		Quotas constantes			Quotas constantes
	Valor bruto escriturado		1.246,99			104.436,75
	Amortização acumulada		1.246,99			87.655,20
Período	Aquisições					
	Alienações					
	Activos classificados como detidos p/ venda					
	Amortização do período					13.343,34
	Perdas por imparidade					
	Outras alterações					
Fim do período	Valor bruto escriturado		1.246,99			104.436,75
	Amortização acumulada		1.246,99			100.998,54

7. Activos fixos tangíveis

Divulgações gerais

a) A mensuração inicial dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente, no caso dos terrenos e edifícios da Empresa, baseou-se no modelo de revalorização.

b) As depreciações destes activos são calculadas segundo o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, utilizando-se para o efeito as taxas mínimas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos antes de 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens. O processo de depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento.



Está

2019

ky

c) Apresenta-se, no quadro seguinte, um resumo da valorização das várias classes de activos fixos tangíveis:

Valorização das várias classes

Classe de activos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equip. básico	Equip. de transporte	Equip. administrativo	Equip. biológicos	Outros activos fixos tangíveis
Início do período	Valor bruto escriturado	79.443,34	3.882.035,45	725.058,72	27.725,48	27.197,51		194.044,95
	Amortização acumulada		1.564.543,80	526.350,47	24.273,85	21.905,53		117.451,56
Período	Aquisições		1.106,64	3.095,15				964,66
	Alienações							
	Activos classificados como detidos p/ venda							
	Amortização do período		121.164,08	31.208,09	958,33	2.360,80		7.541,36
	Perdas por imparidade							
	Revalorizações							
	Outras alterações							
Fim do período	Valor bruto escriturado	79.443,34	3.883.142,09	728.153,87	27.725,48	27.197,51		195.009,61
	Amortização acumulada		1.685.707,88	556.932,09	25.232,18	24.266,33		125.619,39

Activos fixos tangíveis revalorizados

Os terrenos e edifícios da Empresa foram revalorizados em 2009, por avaliador independente. As avaliações foram efectuadas numa base do valor de mercado. O excedente de revalorização, líquido dos impostos diferidos aplicáveis, foi creditado em Excedentes de Revalorização no capital próprio.

8. Custos de empréstimos obtidos

Foi adoptada uma política contabilística de não capitalização dos custos dos empréstimos obtidos



Alfândega

[Handwritten signatures]

9. Inventários

Políticas contabilísticas e forma de custeio usada

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio Custo médio ponderado. Na imputação dos custos aos inventários, foi usado o sistema de custeio total.

Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Classificação	Valor escriturado
Mercadorias	283,97
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.655,88
Produtos acabados e intermédios	
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	
Produtos e trabalhos em curso	
Activos biológicos	
Total	9.939,85

Apuramento CMVMC

	2014		2013	
	Mercadorias	Mat. Primas	Mercadorias	Mat. Primas
Existências Iniciais	346,99	9505,52	854,19	10693,71
Compras	253,2	156050,39	1851,4	167731,34
Regularização Existências	-15,5	-13967,28	-335,25	13204,4
Existências Finais	283,97	9655,88	346,99	9505,52
CMVMC	300,72	141932,75	2023,35	182123,93



10. Provisões

Divulgações por classe de provisão

Classe	Valor escriturado no início do período	Aumentos e reforços	Valores usados	Valores revertidos	Aumento na quantia descontada e efeito de alterações na taxa de desconto	Valor escriturado no fim do período
Impostos						
Garantias a clientes						
Processos judiciais em curso						
Acidentes de trabalho e doenças profissionais						
Matérias ambientais						
Contratos onerosos						
Reestruturação						
Outras provisões	1.978,44					1.978,44
Total de provisões	1.978,44					1.978,44

11. Subsídios do Governo e apolos do Governo

Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo

Os subsídios só são reconhecidos quando recebidos ou após existir segurança sobre o seu recebimento. Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar. Os subsídios ao investimento são inicialmente levados aos capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respectivo activo subsidiado.

12. Impostos sobre o rendimento

Imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens debitados ou creditados ao capital próprio:

Passivos por impostos diferidos, relacionados com excedentes de revalorização.

	Saldo inicial	Regularização no período	Saldo final
2742 - Passivos por impostos diferidos	72.900,08	3.543,26	69.356,82

Variações das reservas de reavaliação:

Contas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Reservas de Reavaliação	413.100,41	3.543,26	23.621,75	393.021,92



Contas

[Handwritten signature]

13. Instrumentos financeiros

Bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros

Os activos financeiros foram mensurados ao custo.

Quantia escriturada de cada uma das categorias de activos financeiros

	Quantia escriturada
Activos financeiros mensurados ao custo	500,00

13.1. Clientes, Fornecedores, Accionistas, Outras contas a receber e a pagar e Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Clientes/Fornecedores/Accionistas/Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Ativos:						
Clientes				43487,32		43487,32
Outras contas a receber				4218,87		4218,87
Perdas por imparidade						
Total Ativo	0	0	0	47706,19	0	47706,19
Passivos						
Fornecedores				58687,67		
Outras contas a pagar				32760,47		
Total do Passivo	0	0	0	91448,14	0	0
Total Líquido	0	0	0	-43741,95	0	47706,19



13.2. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos			0,00			0,00
Activos			0,00			0,00
Imposto sobre o rendimento	28.165,30		28.165,30	26.049,80		26.049,80
Retenção de impostos sobre rendimentos			0,00			0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	10.077,81		10.077,81	496,67		496,67
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a segurança social			0,00			0,00
Outras tributações			0,00			0,00
Total	38.243,11	0,00	38.243,11	26.546,47	0,00	26.546,47
Passivos			0,00			0,00
Imposto sobre o rendimento			0,00			0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	2.729,53		2.729,53	2.836,53		2.836,53
Imposto sobre o valor acrescentado			0,00			0,00
Outros impostos			0,00			0,00
Contribuições para a segurança social	8.031,65		8.031,65	8.361,91		8.361,91
Outras tributações			0,00			0,00
Total	10.761,18	0,00	10.761,18	11.198,44	0,00	11.198,44

13.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Activos:						
Gastos a reconhecer	10.583,81		10.583,81	13.540,97		13.540,97
Total	10.583,81	0,00	10.583,81	13.540,97	0,00	13.540,97
Passivos:						
Rendimentos a reconhecer	0,00		0,00	0,00		0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4. Financiamentos obtidos



Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Financiamentos Obtidos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2014			31-12-2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	891.651,56		891.651,56	880.437,42		880.437,42
Turismo de Portugal	713.603,17		713.603,17	763.603,17		763.603,17
Participantes de capital			0,00			0,00
Subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos						
Outros financiadores						
Total	1.605.254,73	0,00	1.605.254,73	1.644.040,59	0,00	1.644.040,59

O valor da dívida a instituições de crédito é constituída da seguinte forma:

- Ao Crédito agrícola no montante de € 299.008,56 cujo pagamento está garantida através de uma hipoteca voluntária.
- À Caixa Geral de Depósitos no montante de € 504.643,00 cujo pagamento está garantido com uma carta conforto emitida pelo Município de Alfândega da Fé. A empresa deverá depositar as suas receitas na conta depósito à ordem n.º 0042/006334/330, constituída em nome da Empresa na Agência da Caixa em Alfândega da Fé.
- Empréstimo no Turismo de Portugal no montante de € 713.603,17, cujo pagamento está garantida através de uma hipoteca voluntária.
- Existe uma garantia bancária no valor de € 342.923,55 constituída na C.G.D. a favor do Turismo de Portugal

13.5. Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2014	31-12-2013
Capital próprio		
Capital		
Acções (quintas) próprias	819.940,00	819.940,00
Outros instrumentos de capital próprio		
Prémios de emissão		
Reservas legais		
Outras reservas		
Resultados transitados	178.468,58	68.428,63
Ajustamentos em activos financeiros		
Excedentes de revalorização	393.021,92	413.100,41
Outras variações no capital próprio	138.721,79	143.015,29
Total	1.179.215,13	1.444.484,33

Capital Realizado

Em 31 de Dezembro de 2014, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era representado por 163.988 acções com o valor nominal de 5,00 euros.

A Camara Municipal de Alfândega da Fé detém 100 % do capital subscrito da empresa.



Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis é relativa à reserva de revalorização livre efectuada no exercício de 2009.

Outras variações no capital próprio

Assim, esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro de 2014, um saldo no montante de € 138.721,79 referente a subsídios ao investimento. Subsídios que foram atribuídos:

Em 2004 foi atribuído o subsídio no âmbito do programa de iniciativa comunitária LEADER+ participado à taxa de 40%, sendo o investimento de € 93.655,12 e o montante participado foi de € 37.462,05 e, cuja imputação do rendimento está a ser efectuada durante a vida útil de 40 anos.

Em 2010 foi atribuído o subsídio no âmbito do programa PRODER/Medida Diversificação da Economia e Criação de Emprego, financiado em 60%, sendo o investimento de € 298.395,60 e o montante financiado de 179.037,36 e, cuja imputação do rendimento está a ser efectuada durante a vida útil de 40 anos. Depois de efectuada uma fiscalização pela IGF-Inspeção Geral de Finanças pelo não cumprimento das regras de contratação pública foi feita uma correção financeira de 25%, face à despesa apresentada, ficando o investimento em € 223.796,70 e o montante financiado em € 132.065,53.

Neste exercício, a imputação do rendimento (conta 7883) relacionado com este subsídio fez o valor de € 4.293,50.

14. GASTOS COM O PESSOAL

O detalhe dos gastos com o pessoal é o indicado no quadro seguinte:

Descrição	2014	2013
Rémunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	290.911,68	303.961,00
Benefícios de Reforma		
Plano Executivo		
Plano Geral		
Plano Valorização		
Outros Benefícios Pós-Emprego		
Plano Actos Médicos		
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	66.842,58	69.401,46
Seguros de Acidentes de Trabalho e Doenças	3.060,50	2.392,56
Gastos de Acção Social		
Pagamento com base em Acções		
Reconhecidos em Capital Próprio		
Reconhecidos no Passivo		
Actualização do Passivo no final do ano		
Distribuição de Lucros aos empregados		
Outros Gastos com o Pessoal	12.897,22	23.796,05
	373.711,98	399.551,07



15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nesta rubrica evidenciamos detalhadamente os gastos e rendimentos reconhecidos nos exercícios de 2014 e 2013.

15.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2014	2013
Subcontratos		
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	10.369,00	13.753,99
Publicidade e Propaganda	1.322,37	159,60
Vigilância e Segurança		
Honorários	7.916,58	9.927,32
Comissões	21.329,69	17.487,92
Conservação e Reparação	15.622,22	22.612,04
Serviços Bancários		
Animação Turística e desporto	900,00	2.003,81
Outros	0,00	0,00
Materiais		
Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	2.050,20	1.483,30
Material de Escritório	1.116,55	1.073,03
Jornais e Revistas	2,55	0,00
Outros		
Energia e Fluidos		
Electricidade	58.240,27	61.384,98
Combustíveis	3.863,20	2.539,22
Água	0,00	0,00
Gas	56.400,73	65.804,35
Deslocações e Estadas e Transporte	102,97	1.044,14
Serviços Diversos		
Rendas e Aluguers		
Comunicação	8.048,66	6.839,00
Seguros	2.507,38	2.663,26
Contencioso e Notariado	511,50	421,50
Despesas de Representação		
Limpeza, Higiene e Conforto	12.521,83	12.248,86
Outros Serviços	4.880,35	4.357,04
	207.706,05	225.803,36

15.2. Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2014	2013
Outros rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pag. Obtidos	591,57	564,32
Outros		
Correcções relativas a exercícios anteriores	48,30	
Imputação de subsídios para investimento	4.293,50	4.293,50
Outros não especificados	169,86	651,33
	5.103,23	5.509,15



15.3. Outros Gastos e Perdas

Descrição	2014	2013
Impostos		
Impostos Indirectos	13.063,29	12.770,54
Taxas	706,00	95,76
Sinistros		
Alienações		
Abates		198,75
Outros		
Correções exerc. anterior		4.845,82
Quotizações	396,00	396,00
Ofertas	40,58	104,06
Outras não especificados	220,25	295,27
	14.426,12	18.706,20

15.4. Gastos e Reversões de Depreciações e de Amortizações

Descrição	2014	2013
Activos Fixos Tangíveis		
Edifícios e outras construções	121.164,08	121.164,08
Equipamento básico	31.208,09	34.344,09
Equipamento de transporte	958,33	958,33
Equipamento Administrativo	2.360,80	2.781,02
Outros imobilizações	7.541,36	7.922,17
Activos Intangíveis		
Despesas de instalação	13.343,34	13.343,34
	176.576,00	180.513,03

15.5. Juros e Rendimentos similares obtidos

Descrição	2014	2013
Juros Obtidos		
Outros rendimentos Similares	0,00	0,00
	0,00	0,00

15.6. Juros e Gastos similares suportados

Descrição	2014	2013
Juros Suportados		
Juros de financiamento obtidos	33.125,49	56.818,88
Juros de mora	52,90	1.775,51
Outros Juros	1,33	8,60
Outros Gastos e perdas de financiamento		
Relativos a financiamentos obtidos	4.899,43	4.978,58
Outros	4.918,25	234,76
	42.997,40	63.816,33



16. ACONTECIMENTO APÓS A DATA DO BALANÇO


As demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração.


Desde 31 de Dezembro de 2014 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras.

Alfândega da Fé, 20 de Abril de 2015

ALFÂNDEGA TUR
Emp. de Turismo e Alojamento
Turístico de Alfândega da Fé, E.M.
A Administração,


(Berta Ferreira Milheiro Nunes, Dr.ª)


(Eduardo Manuel Tavares Dóbrões, Eng.)


(Miguel Francisco Simões Franco, Dr.)

O Técnico Oficial de Contas


(Cátia Alexandra Bebiano Monteiro, Dr.ª)